A AVALIAÇÃO DA GEOGRAFIA ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL

Danielly Rodrigues¹; Ana Paula Torres de Queiroz²

Resumo

Este artigo traz algumas reflexões acerca da avaliação da aprendizagem tendo como foco a análise da Geografia Escolar. No processo educacional, a avaliação é um ponto chave, pois através dela é possível compreender como está sendo o aprimoramento do ensino-aprendizagem. Na Geografia Escolar esta discussão precisa estar presente, uma vez que a aprendizagem efetiva dos conteúdos específicos desta disciplina é importante para a vida cotidiana dos estudantes. Com vistas a entender melhor a problemática em tela, fizemos uma pesquisa bibliográfica e em seguida, uma roda de conversa com estudantes do 9º ano do ensino fundamental e professores de geografia. Como aportes teóricos em avaliação, buscamos os estudos de (LUCKESI,1995), (PERRENOUD,1999) e (VASCONCELLOS,1994). Em Geografia trouxemos (CALLAI,2011), (CASTELLAR, 2010) e (CAVALCANTI, 2011). Os resultados mostraram que apesar da ciência geográfica avançar numa perspectiva crítica, os reflexos do ensino da Geografia Tradicional, estão introduzidas na atual Geografia Escolar e consequentemente na avaliação. Esperamos auxiliar os professores a ter um olhar mais amplo sobre os objetivos e instrumentos da avaliação, tornando este processo uma oportunidade de reflexão sobre a aprendizagem dos estudantes e não como um mecanismo para selecionar, classificar e rotular, fortalecendo o processo de exclusão dos estudantes da escola.

Palavra-Chave: aprendizagem, ensino, instrumentos

Introdução

O período colonial, imperial e republicano, contribuíram de forma marcante para a formação histórica da Educação e do Sistema Educacional do Brasil. A avaliação foi

¹ Licencianda em Geografia, IFPE (Campus Recife), rodrigues_danny@hotmail.com

² Mestre e Professora do curso de Licenciatura do IFPE, profa.anapaulatorres1@gmail.com

incluída neste sistema como uma prática obrigatória, assim todos teriam “igualdade de oportunidades”, no entanto o que temos visto é que a metodologia e os instrumentos avaliativos favorecem a um processo discriminatório e seletivo. A avaliação, em muitos casos, ainda é um instrumento para selecionar, classificar e rotular os estudantes, garantindo a continuidade de uma estrutura econômica e social excludente.

Luckesi (2000), diz que, “a avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva”. Logo, se percebe que a avaliação deveria ser vista e entendida como um ato amoroso, deixando de ser compreendida como um momento de tensão, aflição e medo. Passando-se assim, para um momento de construções e considerações do que foi aprendido, sobre o que se pode aprender e como se pode aprender.

A avaliação envolve muitos desafios ao educador, sobretudo, no sentido de eliminar os temores dessa etapa e escolher a melhor forma de avaliar o conhecimento, segundo a didática do professor. Nessa perspectiva, as discussões e estudos sobre essa temática adquirem novos contornos dentro das ciências voltadas para educação e dos profissionais, buscando novas estratégias.

O objetivo da avaliação deve ser o de subsidiar o fazer pedagógico. Para que isso ocorra, ela deve ser contínua, participativa, diagnóstica e investigativa. As informações obtidas devem proporcionar o redimensionamento da prática pedagógica e educativa, reorganizando as práticas de todos os envolvidos nessa atividade, no sentido de avançar no entendimento do processo ensino-aprendizagem

Pensando nisso, este estudo tem como objetivo geral, refletir sobre a avaliação da aprendizagem tendo como foco a análise da geografia escolar. Especificamente buscamos compreender os instrumentos utilizados para avaliar a disciplina geografia no 4º ciclo do ensino fundamental e com qual periodicidade.

O interesse em pesquisar a avaliação no ensino da Geografia surgiu da necessidade de saber se apesar da ciência geográfica avançar numa perspectiva crítica, os reflexos do ensino da geografia tradicional, ainda se encontram introduzidas na atual geografia escolar e consequentemente na avaliação. Sendo assim, torna-se importante responder aos seguintes questionamentos: de que forma é realizada a avaliação da aprendizagem em geografia? Que instrumentos os professores utilizam para avaliar a aprendizagem dos estudantes?

Partimos da hipótese de que a opção teórico-metodológica escolhida pelo docente, tem impacto na sua forma de avaliar.

Com vistas a entender melhor a problemática em tela, resolvemos fazer uma pesquisa bibliográfica que constou de levantamento do que já havia sido publicado em forma de livros, revistas e sites. Em seguida realizamos uma roda de conversa com estudantes do 9º ano do ensino fundamental e professores de geografia, que teve como objetivo compreender como era realizada a avaliação da aprendizagem, que instrumentos eram escolhidos e com qual periodicidade.

Buscamos como aportes teóricos os estudos de (LUCKESI,1995), (PERRENOUD,1999) e (VASCONCELLOS,1994), tais leituras propiciaram a fundamentação essencial ao delineamento de caminhos para a consecução do objeto de estudo.

Esperamos contribuir com a reflexão sobre a avaliação da aprendizagem da disciplina geografia, de forma que esta ultrapasse a lógica classificatória e excludente e que possamos vivenciá-la como um instrumento a favor da aprendizagem dos estudantes.

Fundamentações teóricas

Aprendizagem da disciplina Geografia e mais especificamente sobre o processo de avaliação, não se desvincula do debate geral e das diferentes abordagens sobre a avaliação. A discussão sobre avaliação é sem dúvida um desafio, e, enquanto processo de ensinar e aprender, deve ocorrer constantemente no dia-a-dia escolar.

Nessa perspectiva, como parte do processo pedagógico, defende-se o pensamento de Luckesi (1999) ao afirmar que a avaliação permite constantemente a reflexão do fazer pedagógico, buscando sempre a melhoria do processo ensino aprendizagem.

Quando a avaliação se transforma em um instrumento auxiliar do ensino, ela passa a exercer sua verdadeira função, que é a de avaliar conhecimentos, conteúdos ensinados, objetivos propostos e alcançados, ou seja, avaliar aquilo que o aluno aprendeu, acompanhando sempre o processo como um todo.

Um ponto que merece destaque nessa discussão é a intencionalidade da avaliação. Nesse sentido, o papel ideológico da avaliação, vem sendo utilizado como instrumento de discriminação e seleção social, na medida em que assume, no âmbito da instituição, a tarefa de separar os “capazes” e os “incapazes”. Por conseguinte, estes e aqueles ocupam lugares diferentes na estrutura social, acarretando a inculcação ideológica e a segregação, uma vez que, para o capitalismo, não é possível que todos cheguem lá, que sejam bem-sucedidos.

Nos aproximando a respeito da finalidade da educação sob o ponto de vista de Vasconcellos (1998), encontramos que:

A finalidade maior da avaliação da aprendizagem, dentro de um horizonte de uma educação dialética-libertadora, numa abordagem sócio- interacionista, é ajudar a escola a cumprir sua função transformadora(...) Considerando que a avaliação sempre pressupõe relação de poder, cabe redirecioná-lo: à prática excludente da atual sociedade, contrapor o projeto de uma sociedade democrática, tendo como uma das mediações para isto o trabalho com o conhecimento. (VASCONCELLOS, 1998, P. 82)

O que esperamos é que através da avaliação o professor possa ter elementos para ver qual o melhor caminho para ensinar, como os alunos aprendem melhor. No dizer de Perrenoud (1999) a avaliação que queremos é aquela “que ajuda o aluno a aprender e o professor a ensinar.”

A avaliação da aprendizagem precisa ser entendida e aplicada como um instrumento capaz de acompanhar o processo de construção de conhecimento do educando, para ajudar na superação de obstáculos, auxiliar o professor numa nova tomada de direção, auxiliando o planejamento de suas ações. e não um ajuste de contas onde o docente tem o poder de classificar e consequentemente excluir os estudantes da escola.

No que se refere ao ensino da Geografia, segundo Oliveira (2003, p.142), “[...] cabe à geografia levar a compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos hoje, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza”.

Assim, o ensino de Geografia é de suma importância para oportunizar o aluno a acompanhar e compreender as transformações do mundo. Para que isso seja possível, não podemos mais negar a realidade em que o aluno está inserido, a construção de conceitos deve se dar a partir da inter-relação de conhecimentos cotidianos e científicos.

Numa perspectiva de ensino crítica, os objetivos e instrumentos da avaliação precisam guardar uma coerência entre si. Mas qual a relação entre os conteúdos e os critérios de avaliação? De acordo com Depresbiteris (2007, p. 37) [...] os critérios são princípios que servirão de base para o julgamento da qualidade dos desempenhos, compreendidos aqui, não apenas como execução de uma tarefa, mas como mobilização de uma série de atributos que para ela convergem.

Os critérios de avaliação estão vinculados à expectativa de aprendizagem, que decorrem de objetivos que se relacionam com os conteúdos. Estes últimos devem ser efetivamente relevantes dentro da Geografia e “[...] necessários para que cada um possa participar democraticamente da vida social.” (LUCKESI, 1986, p. 35). Assim, é necessário que se tenha clareza do que e como se objetiva ensinar com este ou aquele conteúdo, para que se estabeleçam critérios de avaliação pertinentes e coerentes.

Portanto, a avaliação como processo, e, no ensino de Geografia, de forma qualitativa com variados instrumentos que proporcionem um momento de aprendizado aos alunos, deve ser considerada uma ferramenta relevante para que o ensino consiga avançar e promova o crescimento e desenvolvimento do sujeito, levando-o à autonomia, ao conhecimento em toda a sua complexidade.

Metodologia

A pesquisa é do tipo estudo de caso, fundamenta-se na abordagem qualitativa, porque realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre o sujeito e o objeto, tomando em consideração que ambos pertencem a mesma natureza. Seu objeto de abordagem são os significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças, conflitos e valores expressos no cotidiano. “A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa (...) o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento- chave” (SILVA e MENEZES, 2001:20).

A pesquisa teve como ponto de partida a pesquisa bibliográfica que, segundo Marconi e Lakatos (1992), é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto.

Em uma etapa seguinte, foi feita uma roda de conversa com 35 (trinta e cinco) alunos, sendo 15 (quinze) meninos e 20 (meninas) e 03 (três) professores de geografia. Esta roda aconteceu em momentos diferentes. No contexto da pesquisa a escolha dessa técnica – Roda de Conversa – ocorreu principalmente por sua característica de permitir que os participantes expressem, concomitantemente, suas impressões, conceitos, opiniões e concepções sobre o tema proposto

O campo de estudo foi uma escola municipal situada em Jaboatão dos Guararapes, na região metropolitana do Recife.

Resultados e discussão

Nesta seção, destacam-se as percepções referentes à avaliação da aprendizagem da Geografia escolar.

As questões que nortearam a roda de conversa tinham como objetivo compreender de que forma era realizada a avaliação da aprendizagem, que instrumentos eram escolhidos e com qual periodicidade.

A primeira conversa ocorreu com os estudantes que, de forma espontânea, contaram que eram avaliados através de trabalho e provas. As provas eram marcadas pela escola através de um calendário de provas. Geralmente faziam um trabalho, um teste e uma prova por unidade. Os conteúdos eram os trabalhados nas aulas e constam no livro didático.

Na roda de conversa com os professores, estes responderam o seguinte:

É necessário pensar a avaliação dentro do atual contexto da educação, com todas as suas complexidades (...) (professor A)

A avaliação exige dos educadores constante aperfeiçoamento e interação com seus educandos, estabelecendo um canal de diálogo para além dos conteúdos abordados, interagindo por meio de diferentes metodologias. (professor B)

A avaliação é parte da aprendizagem e deve ser aplicada na disciplina de Geografia de maneira significativa, considerando a participação do educando e o desenvolvimento de habilidades de argumentação, observação e tomada de consciência sobre diferentes assuntos concernentes à Geografia. (professor C)

Sobre os instrumentos e periodicidade, todos afirmaram que utilizavam o instrumento de acordo com o conteúdo trabalhado no livro didático e que as provas eram uma exigência da escola. Realizavam as avaliações marcadas pela escola e outras por conta própria.

Ao analisarmos as respostas dos estudantes, compreendemos que a avaliação nesta escola está presa aos pressupostos da avaliação tradicional realizada através de provas aplicadas em dia e hora estabelecido, não pelo professor, mas pela equipe pedagógica.

Furlan (2007, p. 39) considera que “tradicionalmente o que se observa é o processo de avaliação reduzir-se à verificação do conteúdo aprendido pelo aluno. Os professores avaliando através de instrumentos, de estilo tipicamente reprodutivo, cabendo ao aluno escutar as aulas, tomar nota e fazer.

Acreditamos que na Geografia Escolar, o ato de avaliar pressupõe a utilização de instrumentos que ampliem a capacidade de leitura e compreensão de diferentes fenômenos sociais ocorridos no espaço geográfico. A utilização de teste e provas não favorece a análise da ação educativa num processo contínuo, investigando e dando subsídios ao redimensionamento da prática pedagógica. É algo estanque, pontual, que nada contribui para a aprendizagem do estudante.

Quanto as repostas dos professores é importante observar que existe, no discurso, uma concepção de avaliação progressista que leva em consideração a aprendizagem dos estudantes. No entanto quando os docentes falam sobre os instrumentos e periodicidade percebemos uma incoerência entre a teoria e a prática.

Callai (2011, p.15) “fazer a educação geográfica requer o esforço de superar o simples ensinar Geografia ‘passando os conteúdos”. Diz ainda que “é procurar com que os alunos consigam fazer as suas aprendizagens tornando significativos para as suas vidas estes mesmos conteúdos”.

Compreendemos que, no momento da avaliação, quando ocorre uma real significação do processo ensino-aprendizagem, o educando consegue transpor para o papel aquele conhecimento que conseguiu internalizar, com suas palavras, suas reflexões, construindo suas próprias reflexões sobre o tema abordado

Considerações finais

Ao analisarmos pesquisas sobre o ensino de Geografia, percebemos que o desafio de integração entre teoria/prática, a utilização do cotidiano, etc., ainda estão longe de ser uma realidade em nossas escolas e sabemos que os motivos são variados. O que vemos imperar, ainda hoje, é uma prática que já ocorria desde as décadas de 1980 e 1990. A Geografia continua sendo uma disciplina de memorização e que faz pouca relação com a vida dos alunos.

Na pesquisa buscou-se mostrar os tipos de avaliação aplicados pelos professores de Geografia nas escolas públicas de Ensino Fundamental do município de Jaboatão dos Guararapes. Pode-se observar que os professores ainda utilizam com maior frequência avaliações quantitativas, concentradas em testes e provas escritas. É importante lembrar que cada aluno é diferente e possui níveis diferentes de aprendizagem, cabendo assim ser avaliado de diferentes formas.

Dessa forma, o mais apropriado seria os professores acompanharem as ações e evoluções dos alunos, valorizando bem mais os aspectos qualitativos do que os quantitativos, como provas, testes ou trabalhos. O professor precisa escolher diferentes instrumentos de avaliação, as quais buscam auxiliar, orientar, acompanhar o aluno na busca da construção do conhecimento, tornando-o mais autônomo, crítico e reflexivo no processo de ensino-aprendizagem.

Esperamos com este trabalho, auxiliar os professores de Geografia a ter um olhar mais amplo sobre os objetivos e instrumentos da avaliação, tornando este processo uma oportunidade de reflexão sobre a aprendizagem dos estudantes e não como um mecanismo para selecionar, classificar e rotular, fortalecendo o processo de exclusão dos estudantes da escola.

Referências

- CALLAI, Helena C. (Org.). Educação Geográfica: Reflexão e Prática. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.
- CASTELLAR, S. M. V. Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. In: Cadernos Cedes. Campinas, v. 25, n. 66, p. 209-25, mai./ago. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 10/08/2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.

DEPRESBITERIS, L. *Instrumentos de avaliação: a necessidade de conjugar técnica e procedimentos éticos*. Revista Aprendizagem, Pinhais: Editora Melo, ano 1, nº 1 – jul/ago 2007.

FURLAN, Maria Ignez Carlin. *Avaliação da aprendizagem escolar: convergências, divergências*. São Paulo: Annablume, 2007.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Entrevista sobre *Avaliação da aprendizagem*. Disponível em: www.luckesi.com.br. Acesso em: 02 de maio de 2012.

MARCONI, M. de A. ; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Educação e ensino de Geografia na realidade brasileira*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; et al (Org.). Para onde vai o ensino de Geografia?. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Avaliação: concepção dialética – libertadora – do processo de avaliação escolar*. 4. ed. São Paulo: 1994.

_____. *Avaliação: Superação da Lógica Classificatória e Excludente. Do “é proibido reprovar” ao é preciso garantir a aprendizagem*. 4.ed. Cadernos Pedagógicos do Libertad- 5. São Paulo: 1998.